

Rosilene Félix Mamedes
Adilma Gomes da Silva Machado
Charlene de Lima Alexandre da Silva
Alina de Oliveira Alencar
Adevaldo Francisco Dos Santos
Christianne Nogueira Donato Formiga
Jussara Candida Correia De Oliveira Farias

DA TEORIA À PRÁTICA:

Educação inclusiva e
atividades adaptadas em
contextos de aprendizagem



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M264t Mamedes, Rosilene Felix.

Da teoria à prática: Educação inclusiva e atividades adaptadas em contextos de aprendizagem – Vol. 2 / Rosilene Félix Mamedes, et al. – João Pessoa : Sal da Terra, 2023.

Livro digital

ISBN 978-65-5886-262-8

1. Inclusão. 2. Atividades adaptadas. I. Machado, Adilma Gomes da Silva. II Silva, Charlene de Lima Alexandre da. III Alencar, Alina de Oliveira. IV. Santos, Adevaldo Francisco Dos. V. Formiga, Christianne Nogueira Donato. VI. Farias, Jussara Candida Correia De Oliveira. VII. Título.

CDU 376.054

Bibliotecário responsável: David Coelho Moura de Lemos – CRB/15 968

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Rosilene Félix Mamedes

Dr. Hermano Rodrigues de França

Dra. Maria De Fátima Almeida

Dra. Veridiana Xavier Dantas

Ma. Prisciane Pinto Fabricio Ribeiro

Ma. Greiciane Pereira Mendonça Frazão

ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Samuel Nascimento Lima

Michele Teixeira de Pontes

PREFÁCIO

Pensar sobre o ato de fazer educação é retomar, essencialmente, a necessidade da formação continuada do docente, visto que constantemente as teorias evoluem, o contexto de sala de aula se transforma, e, com isso, é preciso ressignificar o ensino para as novas demandas. Nesse sentido, tanto discente quanto docente precisam estar em acordo com os novos parâmetros da educação, foi o que aconteceu em 2020, com a pandemia, o sistema educacional se deparou com as suas chagas sociais que vinham se alastrando ao longo dos anos.

Na verdade a escassez do ensino público não é novidade para quem faz educação no Brasil, e foi exatamente dessa lacuna, que nasceu o grupo de pesquisa, que coordeno com o objetivo de auxiliar docentes e/ou licenciados no seu fazer pedagógico. Muitos desses docentes buscam compreender as teorias para atrelarem às suas práxis, foi a partir disso quem em 2021 nasceu a primeira coleção da Teoria à prática, em que os docentes que estavam vinculados ao nosso grupo de estudo se propuseram repensar a sua prática de modo atender alguns nichos da educação básica, em especial, letramento e alfabetização, tema este muito carente tanto na formação inicial, bem como na continuada, que por sua vez, reflete nos índices negativos da educação básica nos exames de larga escala.

É nesse contexto, que mais uma vez, trazemos o segundo momento da coleção da Teoria à Prática, em 2023, sobre os temas: Letramento e aquisição da linguagem (volumes 1 e 2); Educação inclusiva e atividades adaptadas em contextos de aprendizagem (volumes 1 e 2) e Práticas pedagógicas em contextos de letramento (volumes 1 e 2).

Assim, o nosso grupo de estudo vem refletindo o fazer pedagógico de docentes que almejam ingresso em mestrados e doutorados públicos como pesquisadores, visto que a escola é o maior celeiro para se entender não só as suas especificidades, mas a partir delas fazer pesquisa, buscando soluções para as inquietações dos docentes para que, assim, possamos ter respostas significativas para temas tão recorrentes que continuam há décadas sem soluções.

Convidamos a você, leitor, a se debruçar sobre os nossos escritos e a refletir sobre os temas que nos propomos a escrever.

Prof^a Dr^a Rosilene Félix Mamedes

SUMÁRIO

FORMAÇÃO DOCENTE: ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZADO COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE SURDO.....	5
AS TDIC E A GAMIFICAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM.....	15
A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS DIGITAIS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: MÉTODOS INCLUSIVOS	25
O ESTUDANTE SURDO NA SALA DE AULA: A ALFABETIZAÇÃO EM UM ESTADO DA ARTE.....	35
O RIO TAPERUBÚS E A ESQUISTOSSOMOSE: UM ESTUDO DE CASO DA EDEMIA NO MUNICÍPIO DE ALHANDRA-PB.....	44

FORMAÇÃO DOCENTE: ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZADO COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE SURDO

Adilma Gomes da Silva Machado¹

Charlene de Lima Alexandre da Silva²

Rosilene Félix Mamedes

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como foco a formação docente na perspectiva da inclusão dos surdos, articulados aos estudos linguísticos culturais e ao ensino de Língua Portuguesa. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar e discutir acerca do plano de aula da disciplina de Língua Portuguesa e, por meio das análises, ver a possibilidade das estratégias de ensino e as ferramentas educacionais, utilizadas pelo docente e, assim, possam contemplar os estudantes surdos. Dessa forma, para a realização deste estudo, analisamos o plano de aula de uma turma de surdos do 7º ano do Ensino Fundamental II de uma escola municipal de João Pessoa/PB. Durante as análises do plano de aula, foram produzidas sínteses que revelaram reflexões acerca da necessidade da inclusão de temas voltados para a educação de surdos nos cursos de formação continuada, pois observamos a existência de lacunas quanto ao ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos público alvo das salas de aula regular. Dessa maneira, consideramos relevante a construção de um plano de aula que oriente o docente, como também, venha considerar as singularidades dos estudantes surdos, de forma que suas práticas de ensino em sala de aula chegue até esse discente. Assim, evidencia-se a necessidade de construção de estratégias e recursos visuais para o ensino de Língua Portuguesa voltado para o surdo.

Palavras-chave: Plano de Aula; Estratégia de Ensino; Formação Docente.

1 INTRODUÇÃO

¹ Mestranda em Linguística e Ensino- MPLE/UFPB

² Mestranda PROLING/UFPB

Mediante a realidade do desconhecimento da Língua de Sinais (Libras) por parte de alguns profissionais da educação básica, surgiu a necessidade de analisar como vem sendo preparadas as aulas para as turmas do 7º ano que tem a presença de alunos surdos em sala de aula regular e, qual é a metodologia utilizada durante as aulas que possam contemplar esse estudantes surdos.

De acordo com Frias (2010, p. 13) a inclusão dos alunos surdos na escola regular deve contemplar mudanças no sistema educacional, é uma adaptação no currículo, com alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliação que condiz com as necessidades do aluno surdo; requer também elaboração de trabalhos que promovam a interação em grupos na sala de aula e espaço físico adequado a circulação de todos.

A inclusão deve ocorrer, ainda que existam desafios, com garantia de oportunizar os alunos surdos iguais aos dos alunos ouvintes. A presença do aluno surdo em sala de aula regular, requer que o professor entenda a real necessidade da produção de estratégias e métodos de ensino que atinjam de forma adequada que venham auxiliar a aprendizagem desse aluno. O surdo está na escola, então é de responsabilidade dos professores criarem condições para que este espaço seja um ambiente que promova transformações e avanços, e uma inclusão escolar de fato.

A inclusão dos alunos surdos, para que aconteça de fato, inicia com trabalhos no ambiente escolar que deem visibilidade a esses sujeitos, e dessa forma venham minimizar as barreiras linguísticas, quando nos referimos aos alunos surdos.

Diante do exposto acima, importa mencionar que na área da surdez no Brasil, existem dois documentos que norteiam as ações a respeito do sujeito Surdo. A Lei nº 10.436/2002, considerada um avanço na educação de surdos, tem sua importância ao reconhecer a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como a língua de sinais usada pela comunidade surda no Brasil. Outro documento é o Decreto 5626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Segundo o Decreto 5626/2005, o Cap. IV, Art. 15, a educação do aluno Surdo, deve ser feita em LIBRAS e a modalidade escrita [...] como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental. No Art. 16 é esclarecido que a Língua Portuguesa na forma oral, deve ser ofertada aos alunos surdos, preferencialmente no contraturno.

Quando Quadros (2004) chama atenção aos diversos problemas existentes no ambiente escolar, que são na sua maioria de ordem ética, pois surgem em função do modelo de intermediação que se constrói em sala de aula. Como sabemos, os alunos surdos têm como

apoio educacional o profissional Intérprete de Libras, que muitas vezes tem seu trabalho exercido em sala de aula, e é confundido com o papel do professor. Pela falta de comunicação dos alunos surdos com os professores, aqueles, muitas vezes, direcionam perguntas, diálogos e questões relacionados aos assuntos apresentados em sala com o intérprete e não com o professor responsável pela disciplina. A escassez dos diálogos se dá, sobretudo, pela falta de conhecimento da Libras por parte dos profissionais da educação.

Segundo Carvalho e Barbosa (2008), em um ambiente de colaboração social como a instituição escolar, em que as propostas de atividades são compartilhadas entre surdos e ouvintes, os profissionais responsáveis devem colaborar para que aconteça o processo de inclusão, pois assim estarão sendo respeitadas e aceitas as diferenças individuais dos sujeitos. Assim, os profissionais devem refletir sobre uma didática flexível que ofereça o mesmo conteúdo curricular respeitando as especificidades dos alunos Surdos, garantindo a esses sujeitos uma educação de qualidade no ensino e na aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.**

BRASIL. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no . 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.

CARVALHO, E. de C. & BARBOSA, I. **Pensamento Pedagógico e as NEE:** Introdução à Deficiência Auditiva.(2008).Disponível em: acesso em: 22/06/2020.

FRIAS, E. M. A. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais:** contribuições ao professor do Ensino Regular. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf>. Acesso em: 05/02/2023.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial - Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

AS TDIC E A GAMIFICAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Jussara Candida Correia de Oliveira Farias

Alina Oliveira de Alencar

Rosilene Félix Mamedes

RESUMO

As tecnologias digitais da comunicação e da informação (doravante TDIC) contribuem para a sala de aula atual, pois elas conduzem nossos educandos para espaços que já fazem parte da realidade de cada um deles. Essas ferramentas trazem recursos e ambientes que usados com análises e adequações proporcionam desenvolvimentos que as aulas nos modelos tradicionais não conseguem por si só oferecer. Essa convicção inspirou este trabalho que traz como objetivo aprofundar os conhecimentos sobre a inserção das TDIC e os recursos que emergem na escola contemporânea, como por exemplo, a gamificação. Entendemos que as habilidades dos jogos quando são desenvolvidas com os objetos de estudos constituem as atividades "gamificadas". Tais propostas podem ser desempenhadas na sala aula, pois sabemos que a geração que se desenvolve nos dias atuais constituem os nativos digitais, termo cunhado pelo pesquisador Marc Prensky para nomear os jovens nascidos com o acesso à Web. Em inúmeros artigos científicos e no cotidiano da geração digital, podemos constatar o crescente número de pessoas que têm os jogos digitais como principais atividades. Sendo assim, as plataformas digitais têm encontrado auxílio nos conteúdos escolares para criarem seus jogos e com os mais variados objetivos. Como professores, incluídos no campo da educação e dos recursos digitais, podemos aplicar na sala aula o que, a priori, não foi desenvolvido para ela, como também adaptar os games, as habilidades dos jogos, os objetos do ensino e da aprendizagem para "gamificar" as aulas. Nesse sentido, as concepções trazidas por Fava (2014), Santaella (2013), Gee (2009) embasam a pesquisa e evidenciam que o conhecimento e as aplicações dos recursos utilizados com as TDIC apontam para os aspectos relevantes do processo do ensino e da aprendizagem, com isso, os recursos oferecidos pelas ferramentas digitais são considerados vantajosos e que devem ser aplicados por professores das mais diversas áreas do conhecimento. A metodologia do trabalho é desenvolvida com base em consultas

bibliográficas as quais nos revelam que as TDIC estão/podem ser empregadas no contexto escolar, proporcionando os aspectos da ubiquidade, dos jogos, das redes sociais. Portanto, cabe aos professores, pesquisadores e demais interessados a capacitação e aplicação de recursos promissores que são capazes de reunir a lógica dos jogos e os conteúdos escolares, desse modo, oferecem subsídios para prática de atividades que auxiliam nas estratégias metodológicas do processo educacional.

Palavras-chave: TDIC; Ensino e Aprendizagem; Gamificação.

1 INTRODUÇÃO

As ferramentas digitais surgem na sociedade hodierna, com isso, somos conduzidos à adaptação. É comum encontrarmos pessoas com certas dificuldades para usar determinados aparelhos, programas, aplicativos, entre outros. Já para geração digital, o novo é familiarizado. Para os estudiosos do campo dos recursos tecnológicos digitais, as crianças e os

REFERÊNCIAS

- GEE, James Paul. Bons videogames e boa aprendizagem. **Perspectiva, Periódicos da UFSC**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-11, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2009v27n1p167/14515>. Acesso em: 23 set. 2017.
- FAVA, Rui. **Educação 3.0**. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. Tradução de Paulo Neves. 1. ed. São Paulo: 34, 1996.
- LORENZI, Gislaíne Cristina Correr; PÁDUA, Tainá-Rekã Wanderley de. Blog nos anos iniciais do fundamental I: a reconstrução de sentido de um clássico infantil. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. (Orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012. p. 35-54.
- MATTAR, João. **Games em educação: como os nativos digitais aprendem**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- MENEZES, Janaína. **Jogos sociais digitais como ambiente de aprendizagem da língua inglesa, Brasil**. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2013.
- MOREIRA, José Antônio; JANUÁRIO, Susana. Rede sociais e educação reflexões acerca do Facebook enquanto espaço de aprendizagem. In: PORTO, Cristiane; SANTOS, Edmea (Orgs.). **Facebook e Educação Publicar, curtir, compartilhar**. 1. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 67-84.
- PRENSKY, Marc. **Aprendizagem baseada em jogos digitais**. Tradução de Eric Yamagute. 1. ed. São Paulo: Editora Senac, 2012.
- PRENSKY, Marc. **Digital Natives, Digital Immigrants**. MCB University Press, 2001. Disponível em: <<http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>. Acesso em: 06 de março de 2017.
- SANTAELLA, Lúcia. **Desafios da ubiquidade para a educação**. Ensino Superior Unicamp, 2013. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/desafios-da-ubiquidade-para-a-educacao>>. Acesso em: 06 de março de 2017.
- SANTOS, Edmea; WEBER, Aline. **A criação de atos de currículo no contexto de espaços intersticiais**. Teccogs n. 7, 156 p, jan.-jun, 2013. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/artigos/2013/educacao_7/3-criacao_de_atos_decurriculo_em_espacos_intersticiais-edmea_santos-aline_weber.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2017.
- SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad05.pdf>. Acesso em: 8 set. 2017.

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS DIGITAIS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: MÉTODOS INCLUSIVOS

Alina Oliveira de Alencar

Jussara Candida Correia de Oliveira Farias

Rosilene Félix Mamedes

RESUMO

O presente artigo viabiliza a busca por metodologias que envolvam e favoreçam o processo de alfabetização de alunos portadores de necessidades especiais, no propósito de promover e facilitar por meio das tecnologias digitais (jogos) uma aprendizagem significativa e promissora a essa clientela que muitas vezes passam despercebidas em suas habilidades intelectuais e motoras, por serem associadas apenas as suas limitações. Os métodos postos visam através da ferramenta digital, uma apropriação mais expressiva no campo da linguagem, escrita e motora desses alunos. A metodologia utilizada teve sua expressividade através das análises bibliográficas e de cunho qualitativo, na perspectiva de articular as práticas educativa dentro do espaço inclusivo, para que cada aluno possa usufruir de uma aprendizagem significativa e aprimorada a seu ambiente educacional.

Palavras-chave: Alfabetização; Jogos digitais; Deficiência intelectual.

1 INTRODUÇÃO

Geralmente, qualquer indivíduo que apresente retardo em seu processo de evolução intelectual, psíquica ou motora, precisa fomentar suas competências para o desenrolar das ações motoras, sensoriais e cognitivas. Dessa maneira, a aprendizagem necessita ser instigada através de recursos metodológicos que possibilitem o envolvimento da criança, motivando as áreas que envolve sua atmosfera mental e ambiental, para que haja real construção do conhecimento.

Desse modo, indo de encontro ao que as políticas educacionais que retratam sobre o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais; articulada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), lei nº8069, onde assegura o desenvolvimento de ações em suas particularidades, para inclusão dessa clientela, especificando no Art. 54º/inciso III que: “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializados aos portadores de deficiência”.

De antemão, vigoram-se de acordo com a lei, o esboço de tais políticas de educação inclusiva, possibilitando um atendimento educacional especializados (AEE), no compromisso de abraçar, auxiliar e inserir, dentro do âmbito educativo, essa clientela que tanto necessita de amparo e apoio para desenvolver suas feições socioeducativas, de forma a serem aceitas em suas normalidades.

E em se tratando de atendimento especializado, ele deve ser voltado a práticas pedagógicas que proporcione ao ambiente escolar acesso a todos os integrantes do meio, condições estruturais e o manejo das atividades em suas salas de aulas atuantes, com propósito de facilitar as práticas que norteiam o ensino-aprendizagem.

A Unesco (1990), estabelece a essas políticas, todo amparo no âmbito educativo, objetivando estudar minuciosamente a educação como função igualitária, possibilitando a todos os portadores de necessidades especiais com maestria, o acesso ao pleito educacional, além de promover ações que facilitem seu desenvolvimento cognitivo, baseado nas dificuldades durante todo seu processo de desenvolvimento psíquico e motor.

Entretanto, entender a educação em tempos atuais não apenas como uma ação específica para uma extensão do alunos, mas como uma expansão de possibilidade para abraçar o todo, no intuito de atingir as partes específicas; impulsionando de forma coletiva, uma aprendizagem equiparada no aprender a se refazer, para por em prática e de forma especificada, o que se foi aprendido. A chamada sistematização de integração inclusiva.

No entanto, indo de encontro aos métodos pedagógicos que possibilitam amparo ao processo de aprendizagem, os jogos digitais ajustam com leveza esse processo, pois, facilitam o aprimoramento, aprofundando nos empecilhos ocasionados pela deficiência, permitindo a essas crianças sua autonomia, mediante suas limitações seja na linguagem, no campo intelectual, físico ou até mesmo motor, levando de forma significativa o alcance das ações que bloqueiam essas crianças a ascensão para a leitura e escrita. Kishimoto (2005, p. 13-43) acrescenta sobre essas ações:

O jogo contempla várias formas de representação da criança ou suas múltiplas inteligências, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. Quando situações lúdicas são intencionalmente criadas pelo adulto com vistas a estimular certos tipos de aprendizagem, surge a dimensão educativa. (...) o educador está potencializando as situações de aprendizagem.

Dessa forma, Vasconcellos (2018), possibilita através dos jogos digitais uma Educação Inclusiva, propondo aos alunos com deficiência intelectual ações significativas dentro do processo de alfabetização, através da criação do jogo “Aprendendo com Tarefas”, onde essa ferramenta atua como base metodológica na leitura, escrita e fala das crianças que necessitam de um atendimento especializado.

Nesse intuito, a pesquisa objetiva inserir os jogos digitais para facilitar o processo de ensino/aprendizagem e incluir de forma significativa alunos com necessidades especiais dentro do campo educativo, no propósito de fazê-los parte do meio, estimulando suas habilidades, que muitas vezes se encontram apagadas, por estarem associadas as suas limitações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO

A deficiência intelectual não deve ser definitivamente entendida como a capacidade reduzida do quociente intelectual (QI) que o indivíduo apresenta. Considerando que o meio e as diversas formas de estímulos vivenciados cotidianamente pelas pessoas com deficiência intelectual, podem contribuir tanto para o avanço das ações cognitivas, como para o bloqueio das mesmas, caso esses estímulos não forem trabalhados adequadamente. Dessa forma, as adaptações comportamentais desses indivíduos, podem também atuar como indicador das questões de déficit cognitivo (VASCONCELOS, 2018).

Portanto, averiguar tais comportamentos e adequar métodos que favoreçam o desenvolver das faculdades mentais do indivíduo, requer precisão, persistência e envolvimento daquele que está sendo assistido em suas habilidades cognitivas. De acordo com Organização Mundial de saúde (OMS, 1997), a deficiência intelectual é estudada como uma dificuldade em desenvolver as competências que geram o coeficiente Integral da mente.

Com isso, o indivíduo deve sempre estar disposto a estímulos em suas áreas de condução adaptativa, para que assim possam responder as variadas demandas estabelecidas no convívio social, na atuação familiar, no campo educativo, dentre outras habilidades e

competências que venham fortalecer seu desempenho tanto para desenrolar psicomotor, como no processo de aprendizagem escolar (KELMAM, 2010).

E indo ao ponto das ações cognitivas, Rodrigues (2001), retrata sobre a importância da amplificação de práticas metodológicas que venham intervir nos processos alfabéticos, viabilizando o acréscimo das competências e habilidades que se encontram por vezes adormecidas em alunos com deficiência intelectual, principalmente pela falta de estímulos apropriados ao seu pleno desenvolvimento no ambiente escolar. Além de buscar entender que tais limitações não os impedem de compreenderem os processos de codificação da escrita e desenvolvimento da leitura quando há intervenções para o desenrolar das faculdades mentais.

Deste modo, é plausível imaginar os questionamentos inclusivos em sua totalidade escolar, avaliando as probabilidades e as infinitas variações configuradas, estimando ao mesmo tempo as diferenças, na prática de métodos que avalizem não exclusivamente a promoção de indivíduos portadores de deficiência intelectual, mas que, proporcione englobar as modalidades, favorecendo ao todo, uma aprendizagem significativa e que norteie verdadeiramente as ações de uma educação inclusiva (SASSAKI, 2010).

De fato, a submissão de uma educação inclusiva se motiva em eixos que estabelecem em fundamentar as vantagens; recompor a consciência sobre as dissemelhanças e discriminações; ponderação das normas educativas e coordenação de uma liderança que transforme a coletividade. Haja vista que, a Unesco (1994), retrata sobre a necessidade de confiar a toda criança uma educação que promova conhecimentos e que venha nortear sua trajetória de competência em toda sua jornada socioeducativa.

Portanto, é de suma importância visualizar em outros ângulos as vertentes passadas que atravessam os percalços ou carências designadas pela impossibilidade de alcançar os objetivos postos durante o processo de educação inclusiva, estando essas direcionadas apenas limitações cognitivas. De fato, alunos portadores de necessidades especiais adquirem conhecimento em diferenciados ritmos e que seu dialeto se interioriza através do desenrolar dos seus atos ponderados.

Os estímulos devem ser marcas avassaladora para o desenrolar de todo processo de alfabetização. No entanto, o educador deve ser o condutor de métodos que venham complementar todo esse processo, sendo de importância analisar como essas práticas estão sendo manuseado para que haja aquisição dos resultados, pois, quando a atmosfera é motivadora, o conhecimento torna-se significativo e, a tendência para os alunos avançarem de níveis em relação as suas especificidades tanto motora como cognitiva, contribuirão para

que aquisição do objeto de conhecimento seja adquirido pelo aluno de forma mútua (SASSAKI, 2010).

Em suma, o campo educativo deve ter em seu processo uma base acolhedora e de punho voltado a construção de saberes e valores transmitidos de forma igualitária, já que as normas constitucionais articulam a garantia de uma educação acessível a todos e em todas as modalidades, independentemente de suas limitações. E de fato, a deficiência intelectual não pode e nem deve ser associada como algo que venha impedir a progressão ou limitar de qualquer pessoal em suas faculdades cognitivas, sociais ou motora em seu percurso existencial.

2.2 OS JOGOS DIGITAIS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

As metodologias postas pelos professores devem estar sempre em consonância com desenrolar e desenvoltura das habilidades que norteiam as ações do ler e escrever durante período em que a criança se familiarizam com as noções alfabéticas. E, alfabetizar em plena tecnologia, tem sido desafiador e ao mesmo tempo promissor, para o engajamento de tais competências dentro do âmbito escolar.

Os jogos sempre foram meios que visavam estimular o raciocínio e promover além da diversão, o aprimoramento das regras estabelecidas para o seu manuseio. Sendo considerado como de meio de interação fácil entre os alunos e fornecedor de informações rápidas e resultados práticos, os jogos digitais caíram como leque para fortalecer os processos de aprendizagem, haja vista que, com facilidade os alunos manuseiam as tecnologias digitais, sendo necessário apenas a orientação correta para manter o acesso aos mesmos (KISHIMOTO, 2005).

Esses recursos de ensino, quando usados para fins educativos, podem ser um material que define a porta de sucesso para conhecimento, pois, ofertam subsídios para as diversas temáticas disciplinares estudadas, ou até mesmo, para aguçar as competências muitas vezes adormecidas pela falta de estímulos aplicados a alunos em suas aptidões tanto cógicas, como intelectuais (FERREIRA, M. E FERREIRA, J., 2007).

Tendo em vista que, a riqueza de conteúdos que podem ser explorando através dos jogos digitais, viabiliza toda expectativa estabelecida para incorporação das distintas habilidades de leitura e escrita em seus processos de alfabetização, ao proporcionar aos alunos o manuseio desses recursos. Vale salientar que as articulações promovidas por essa

metodologia, desperta na criança atenção e empenho para o desenvolver atividades em seus diversos coeficientes de aprendizagem (FERREIRA, M. E FERREIRA, J., 2007).

De antemão, o jogo propicia uma serie de ações que contabilizam como: agilidade, estimula convívio entre os colegas, aguça a criatividade, desenvolve o raciocínio lógico, valoriza a compreensão de regras atuando na obediência, induz a autoconfiança, situa sobre valores, além de outras normas de conduta que colaboram para todo desempenho das ações cognitivas, psíquicas e motores do indivíduo durante o desenvolvimento em seu processo educativo, no âmbito escolar.

Viabilizando a imensidão de recursos de ensino que a internet oferece, o que realmente falta é o educador contabilizar suas metodologias a essas práticas corriqueiras que envolve dia a dia da criança, haja vista que, o domínio das tecnologias por parte das crianças é avassaladora, seja ela portadora ou não de qualquer necessidade especial, o manuseio é parte ativa em seu cotidiano, seja ele familiar, social ou até mesmo educativo (FERREIRA, M. E FERREIRA, J., 2007).

O jogo além de abrir um leque de possibilidades educativas, ele pode estar associado significativamente ao processo de alfabetização do ser, encaminhando-o a uma aprendizagem tão significativa, que o aluno aprenderá de uma forma espontânea e sem expressar cansaço ou se sentir forçado obter o conhecimento (KISHIMOTO, 2005).

A eficácia desse método para alunos com necessidades especiais unido a outros métodos já existentes como o fônico, atrelado aos recursos de ensino digitais, só tendem a favorecer todo o processo ensino/aprendizagem como um todo e em todos os níveis apresentados pela criança (BRASIL, 2017).

Desse modo, a internet disponibiliza uma diversidade de sites que atuam como ferramenta de trabalho para educador, o Wordwall - recurso de ensino que proporciona aos professores uma forma prática de criar atividades diversificadas e inovadoras para prender e ajustar a atenção dos alunos em sala de aula e que dinamiza através de jogos interdisciplinares, personalizando a diversidade de conteúdos em todos os níveis de aprendizagem, de forma prática e rápida.

Vasconcelos (2018), desenvolveu uma soft para auxiliar no desenvolvimento alfabético de crianças portadoras de necessidades especiais. O jogo “Aprendendo com Tarefas”, possibilita a criança com déficit intelectual, o manejo mais preciso da codificação e decodificação dos processos de leitura potencializando o que escreve, possibilitando por parte desse instrumento, a colaboração com os processos inclusivos dentro do âmbito escolar.

Ainda pontuando Vasconcelos (2018), ele afirma que essas metodologias proporcionam aulas significativas e de modo inclusivo, haja vista que, tanto no Ensino Regular como no Atendimento especializado, emana um leque de ações que irão colaborar para o andamento das vertentes que permeiam os diversos campos da aprendizagem, ressaltando que essa metodologia pode garantir um feedback preciso ao aluno/praticante, propondo conhecimento sempre que motivado a percorrer os espaços digitais e evoluindo de acordo com as possibilidades de engajamento que o jogo proporciona e estabelece a cada ritmo exposto pelos os jogadores.

Em suma, as vantagens oferecidas por essas metodologias digitais ao campo educativo, implicam em uma interação ações cognitivas e os níveis de divertimento proposta ao realizarem a tarefa. Assim, na medida que o estudante se envolve com o jogo, mais conhecimento ele vai adquirindo a respeito do que está sendo instruído em seu objeto de estudo. Desse modo, esses jogos educativos contribuem para ajustar as demandas impostas pelas limitações de cada aluno, tendo potencial para uso terapêutico, de acordo com as descrições postas ao grupo-alvo (VASCONCELOS, 2018).

No entanto, o educador deve pautar suas metodologias com base nesses famosos recursos de ensino, pois, a praticidade do manuseio pelos estudantes, torna esse recurso um ambiente facilitador, cabendo ao educador posse desse ambiente atrativo, que desperta no aluno curiosidade, interesse e força de vontade para descobrir os desfechos de um ambiente proporcionador de conhecimento ponderado.

3 MEDOTOLOGIA

A proposta da pesquisa em si, é situar como as inovações metodológicas podem modificar positivamente a trajetória do ensino/aprendizagem no campo educativo, contabilizando veemente os processos inclusivos no ambiente escolar, na busca de alternativas que viabilizem as ações de alfabetização em todos os níveis de ensino, seja ele de forma regular ou inclusivo.

Pautado em embasamento teórico e postulado na releitura de teóricos, a pesquisa foi estabelecida através de fontes conceituadas e ativas, auxiliando o desenrolar da tese em estudo, pressupondo em sua bibliografia, uma apreciação qualitativa, envolvida na apuração de métodos que visem ofertar ao ambiente escolar propostas de inserção de metodologias diversificadas e atrativas para portadores de necessidades especiais.

A pesquisa busca através das releituras, mostrar que os métodos qualitativos sempre enfatizam os processos descritivos que fundamentam as teorias que norteiam todas as ações postas nas transcrições e descrições dos teóricos em estudo. Analisando que:

[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Vale salientar que esse tipo de pesquisa tem por ventura, colher dados de vários escritores que abordem sobre os conceitos que induzam a estruturação da sua tese, promovendo de forma sucinta, certificando que tais fontes venham fundamentar seu objeto de estudo. Em outras palavras,

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica (MARCONI; LAKATOS, 1992, p. 44).

Destarte, o objeto de estudo busca corroborar com a ampliação de metodologias que tornem os processos de alfabetização significativos nos mais diversos níveis categóricos dentro do Ensino Regular e, em consonância com todo processo de inclusão de alunos portadores de deficiência intelectual, no intuito de fortalecer através dos jogos digitais, as diversas áreas do campo cognitivo da criança.

Ainda retratando a análise em estudo, ela objetiva despertar nos profissionais da educação o quão é importante incluir as tecnologias digitais durante o percurso de alfabetização dos alunos, haja vista que, a internet disponibiliza uma série de recursos de ensino que atuam como norte para explorar de maneira interdisciplinar, as diversas áreas de conhecimentos dispostos nas grades curriculares, além de promover a inclusão de alunos com necessidades especiais; pautando métodos que venham a preencher os espaços muitas vezes associados as suas limitações.

Em suma, a pesquisa vem estabelecer que é possível diversificar práticas que beneficie os alunos em suas áreas limitantes, propondo um aprendizado pautado em divertimento unido ao conhecimento, favorecendo ao ambiente educativo. Haja vista que, as ações qualitativas se adaptam as sugestões deste estudo, pois, a proposta viabiliza a utilização

de ferramentas digitais para aferir o processo de alfabetização de alunos com necessidades especiais em seu andamento escola nas salas regulares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho obteve sua estruturação baseado na proposta de utilizar as tecnologias digitais no processo de alfabetização de alunos com necessidades especiais. Contextualizando que a aprendizagem ultrapassa as vias de uma sala de aula, sendo imprescindível a busca por métodos que instiguem a curiosidade, criatividade, astúcia e envolvimento dos alunos no decorrer do processo e, é fato que o professor deverá estar a pá do manuseio dessas tecnologias, no intuito fornecer uma educação que atinja os diversos níveis de compreensão dos alunos.

Dessa forma, indo de encontro as políticas educacionais que tratam de ações inclusivas, onde todo aluno, independente de quaisquer limitações existentes, devem ser atendidos e de forma igualitária em seu âmbito escolar. Nessa vertente, o atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais, deverá fornecer todo aparato para desenvolvimento das ações cognitivas do aluno.

Contextualizando o Campo Educativo em suas percepções de inclusão, na possibilidade de atrelar significativamente as competências e habilidades das crianças em suas limitações, sejam elas: motoras, psíquicas ou intelectuais, buscando propor um direcionamento das metodologias que fato favoreçam o ensino/aprendizagem. De fato, utilizar os jogos de digitais em sala de aula como um recurso de ensino que viabiliza uma aprendizagem mais significativa para alunos com deficiência intelectual no ensino regular, sendo essa proposta promissora para o processo de alfabetização e desenrolar da aprendizagem.

Portanto, o espaço escolar sempre será um lugar que atua para edificar as diferentes áreas do conhecimento dos alunos, favorecendo as etapas de desenvolvimento da aprendizagem, sendo considerado também, como ambiente norteador das práticas enriquecedoras por parte dos educadores que de fato percebem a real importâncias de diversificar seus métodos de ensino para haja aquisição desses saberes por parte dos educandos.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Educação Inclusiva: direito a diversidade**. In: **III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores**. Brasília, p.85-89, 2006.

BRASIL. **Lei 8.069**, de 16 de julho de 1990. Estatuto da Criança e Adolescência (Brasil, 8.069/90). Publicada no Diário Oficial da União, p.13563, 1990.

FERNANDES. Sueli. **Fundamentos para Educação Especial**. 1º ed. Curitiba: InterSaberes, 2013.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. **Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas**. In GOÉS, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2 ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza-CE: UEC, 2002.

KELMAM, Celeste Azulay. **Sociedade, educação e cultura**. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**. Brasília: UnB, p. 11-53. 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brincadeira e a educação**. 8. ed. São Paulo; Cortez, 2005.

_____. **O jogo e a educação infantil**. In: KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. Cortez: São Paulo, 2003, p. 13-43.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAUDE. **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo: 1997.

RODRIGUES, D. **A educação e a diferença**. In D. Rodrigues (Ed.), **Educação e diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva**. Porto: Porto Editora, p. 13-34, 2001.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, Espanha, 1994.

VASCONCELOS, Daniel Felipe Pereira de. **Aprendendo com tarefas: jogo sério para auxílio na alfabetização de crianças com deficiência intelectual**. 96 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Biomédica) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018.

O ESTUDANTE SURDO NA SALA DE AULA: A ALFABETIZAÇÃO EM UM ESTADO DA ARTE

Charlene de Lima Alexandre da Silva³

Adilma Gomes da Silva Machado⁴

Rosilene Felix Mamedes⁵

RESUMO

Os fenômenos voltados para a alfabetização de surdos vem sendo apontada como discussões nas mais diversas áreas do conhecimento. Partindo disso, este trabalho, do tipo bibliográfico, objetivou um estudo bibliográfico nas concepções de GIL (2008 p.50), Costa Filho (2020) e Sampieri (2013) e posteriormente a escrita de um estado da arte dos últimos 4 (quatro) anos sobre o tema. As teóricas analisadas trazem concepções importantes para embasamento do trabalho aqui proposto, como também para entender as relações de alfabetização até chegar numa discussão sobre o estudante surdo, refletir sobre as teses usando descritores como “alfabetização de surdos” apresenta um panorama escasso sobre a temática e apresentaremos no decorrer da pesquisa.

Palavras-chave: Alfabetização de surdos, descritores, teses, língua.

1 INTRODUÇÃO

O campo sobre os estudos da temática da alfabetização de surdos, ainda se permeia de muitas discussões e ainda não existe uma unidade no Brasil sobre uma metodologia que seja satisfatória para este contexto, os estudos linguísticos são muitos, mas a prática ainda está à merce de políticas públicas que as efetivem.

³ Mestranda pelo Curso de Linguística- Proling da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, charlene.limaalexandre@gmail.com;

⁴ Mestra pelo Curso de Linguística e Ensino da Universidade Federal - UFPB, adilmamachado@hotmail.com.

⁵ Mestra em Linguística- Doutoranda em Letras PPGL, rosilenefmamedes@gmail.com.

De um lado está a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e do outro a aprendizagem numa perspectiva inclusiva, onde todos os estudantes e tenha um discente surdo na sala de aula tenha acesso ao aprendizado da Libras, em relação aos estudos sobre a alfabetização, estas discussões se intensificam ainda mais, pois o que se observa é que as escolas ainda não tem uma relação definida sobre como trabalhar dentro da sala de aula.

Conforme, Silva (2022, p. 04) no que se refere à alfabetização de surdos:

A educação possibilita que o sujeito conquiste sua formação integral e, com isso, o mesmo poderá ocupar os vários espaços sociais do seu dia a dia. Pois, para o desenvolvimento do indivíduo no âmbito social, é preciso que cada um tenha a sua identidade própria, a qual é constituída através da comunicação. Pois, no processo de alfabetização, o estudante se apropria da língua, mas quando este, compreende as relações entre as letras, a partir das imagens, dos sinais e das palavras, os significados atribuídos a esta palavra se torna o significante, entre outras assimilações pertinentes nesta fase de alfabetização.

Este trabalho científico se justifica por escassez de políticas públicas efetivas na alfabetização do estudante surdo, as leis, estatutos, decretos e documentos oficiais precisam ser respeitadas e precisam ser seguidas, a reflexão e a falta de discussões sobre o tema ocasionam práticas pedagógicas tradicionais, e que, muitas vezes não ajudam o discente a se identificar com sua língua, ou chega aos anos iniciais sem saber se comunicar ou escrever, sem interagir consigo e com o mundo ao seu redor, isso pode ocasionar perdas futuras na sua aprendizagem.

No Brasil, o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que 5% da população brasileira, mais de 11 milhões de pessoas, apresentam alguma deficiência auditiva ou surdez, estes números aumentaram em decorrência da pesquisa que está acontecendo no presente ano, por isso a importância de debruçarmos sobre o tema.

Porém estes dados ainda são incógnitas sobre, de fato, quantas pessoas surdas existem, quando nos debruçamos a comparar as pessoas que estão nas escolas, precisam de tratamentos de saúde e participam da comunidade surda, os números são diferentes, pois pelo Censo há uma estimativa e em outras pesquisas estes números diferem.

A lei de Libras nº 10.436/2002 estabelece o reconhecimento da Libras como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas no Brasil, diversa da língua oral, a Libras é um visual- motora ou visuo-espacial, portanto, são utilizados sinais, corpo e expressões para se comunicar. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 em seu artigo 59, é garantido ao estudante surdo seu ingresso nas escolas e possuir uma educação de qualidade, assegurando sua permanência e aprendizagem em salas de aulas regulares.

Consoante a lei de educação bilíngue para surdos, nº 14.191/ 2021, garante aos estudantes surdos o direito a escolas bilíngues, como também o aprendizado da Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. Como também desenvolver currículos, métodos, formação e programas específicos, neles incluídos os conteúdos culturais correspondentes aos surdos e elaborar e publicar sistematicamente material didático bilíngue, específico e diferenciado.

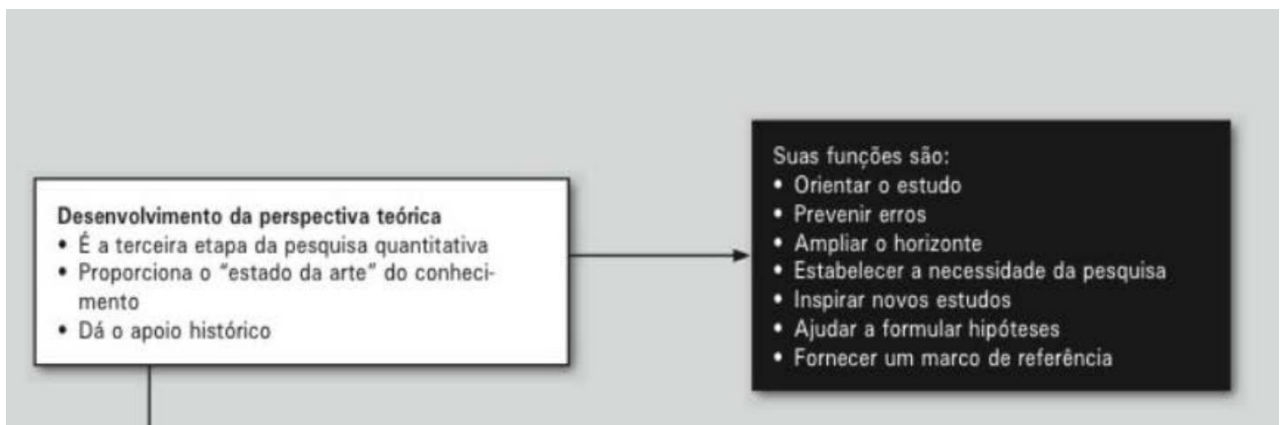
O objetivo da presente investigação, é: I-analisar Textos sobre o estudante surdo na sala de aula e elaborar um estado da arte; II-Discutir o processo exaustivo de uma criança na sala de aula inclusiva; III-Descrever as bibliografias utilizadas para os estudos do tema; IV-Apresentar sinais utilizados na comunidade surda sobre alfabetização.

2 METODOLOGIA

Apresentar um panorama que circundam as complexidades da alfabetização é um trabalho minucioso que precisa de muita investigação, principalmente ao se. As pesquisas para o uso da nomenclatura de alfabetização de surdos, são recentes e se dão por se debruçar ao acesso dos discentes cada vez mais em sala de aula.

A referida pesquisa bibliográfica e estado da arte têm aporte em GIL (2008 p.50), vejamos: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. O Estado da arte conforme Sampieri (2013) apresenta no quadro a seguir sua importância:

Costa Filho (2020), aponta que, “Pesquisa Bibliográfica: Assim classificada



Fonte: Livro metrologia da pesquisa, Sapieri (2023).

O teórico apresenta a importância sobre o estado da arte que dá o apoio histórico, o desenvolvimeto da perspectiva teórica (2013, p 75), é um processo e um produto. Um

processo de imersão no conhecimento existente e disponível que pode estar vinculado à nossa formulação do problema. Já no que tange o produto (marco teórico), que é parte de um produto maior: o relatório da pesquisa.

Tencionar sobre as produções nesta área multidisciplinar que é a alfabetização de surdos é compreender a mesma sobre diversos vieses e abordagens teóricas que vão evoluindo com o passar do tempo. Assim, construir um estado do conhecimento sobre a temática, torna-se foco nesta produção, em que realizamos um recorte geográfico das teses produzidas por universidades públicas e privadas que foram disponibilizadas no Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.

Vemos com Silva (2005) que o processo de construção do estado do conhecimento pode ter um caráter quantitativo que se pode aprofundar por uma análise mais qualitativa. Dessa forma, realizamos nesta pesquisa uma abordagem mista quanti-qualitativa. Inicialmente escolhemos o catálogo de dissertações e teses da Capes por ser uma plataforma de fácil acesso e concentração das informações consolidadas e que mostram a realidade do cenário do sistema nacional de pós-graduação do nosso país de acesso livre e gratuito para a consulta de todos.

Com o intuito de encontrarmos produções realizadas nos últimos anos, que versassem sobre a área da alfabetização de surdos dividimos a busca em duas seções para organizar melhor visualmente e apresentamos na seção seguinte os nossos principais achados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, faremos uma breve explanação dos artigos observados sobre a temática e usamos descritores a saber: “alfabetização do surdo” e assim tecemos considerações sobre o escopo, a pesquisa foi analisada na Plataforma CAPES, nos últimos 4 (quatro) anos de 2020 a 2023 e foram encontrados 2 (dois) artigos a seguir:

Este artigo objetiva discutir teoricamente, em tom de síntese, a natureza da alfabetização de surdos em duas vertentes: a alfabetização em Língua Brasileira de Sinais (Libras), porém a discussão aqui apresentada permeia pelo viés do por meio do sistema de escrita SignWriting, que é um tipo de escrita defendida pelos estudiosos sobre a escrita de sinais. O texto pontua as especificidades de cada modalidade de alfabetização e discute as problemáticas que do ponto de vista do autor apresentam-se com maior saliência no cenário educacional brasileiro atual. A obra aponta a necessidade de políticas linguísticas que sistematizem e legitimem essa proposta. Ademais, propõe premissas aos alfabetizadores de

surdos que ensinam a língua portuguesa escrita como segunda língua, pela Revista Brasileira de Educação, 2020, Vol.25.

QUADRO 1: PRIMEIRA TESE ENCONTRADA PARA OS DESCRITORES ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS”

Tese	Autoria	Ano	Título	Doutorado	Universidade
1	Isaac Figueredo de Freitas	2020	Alfabetização de surdos: para além do alfa e do beta	Doutorado em Linguística	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Fonte: Elaboração própria (2023)

Na obra a seguir, a segunda apresenta Bueno Fischer apresentada em 2020, Maria Cecília ; Azevedo Basso, Marcus Vinicius evidencia um texto parte da trajetória de Léa da Cruz Fagundes, professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que, ao longo de mais de 60 anos de atuação como professora, gerou um legado em termos da formação de professores pesquisadores em áreas diversas como Alfabetização em Português, Alfabetização de Surdos, Artes, Psicologia, Ciências, Robótica Educacional, Informática na Educação, Matemática. Por toda a trajetória da professora Léa desde a década de 1950 até a de 2000, a partir da documentação encontrada, ainda em análise, mostramos as possibilidades de considerá-la como expert na formação de professores, quando se pensa em sua atuação no desenvolvimento cognitivo de crianças, mediado pelo uso dos recursos digitais de informação e comunicação. REMATEC, 2020, Vol.15 (34), p.226-242

QUADRO 2: SEGUNDA TESE ENCONTRADA PARA OS DESCRITORES ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS”

Tese	Autoria	Ano	Título	Doutorado	Universidade
1	BUENO FISCHER	2020	Léa da Cruz Fagundes: Uma expert na formação de professores, em tempos de aprendizagem mediada por tecnologias digitais de informação e comunicação	Doutorado em Educação	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: Elaboração própria (2023)

Honora (2014), destaca a importância da alfabetização para crianças surdas como um mundo novo, dependendo da questão cultural ao qual este indivíduo está inserido, aprende-se algo novo quando a pessoa é apresentada a este mundo, não há como desenvolver uma alfabetização se na Educação Infantil esta criança não for colocada na presença da Libras ou de imagens e sinais próprias de sua língua.

Como já posto, atividades visuais devem ser inseridas no cotidiano do surdo, elas devem ser exploradas, pois é através do visual que se dará grande parte do seu aprendizado, os sinais devem ter a função principal do uso da língua, de entendimento da mensagem, de memorização e interação com outros estudantes.

Ferreiro e Teberosky (1999), apresentam leitura de imagem que é o que mais se aproxima da forma visual de alfabetização para surdos e inferem que este tipo de presença de estímulos, tão familiar na nossa cultura pode estimular a criança entre a relação imagem e texto, há, porém, uma ligação em que elas são intrínsecas, quando da educação de surdos precisa fazer sentido para se relacionar a um texto.

As facetas linguística, interativa e a sociocultural trazidas por Soares (2021), utilizada para designar componentes de aprendizagem para a língua escrita se configura como uma pedra a ser lapidada, não é apenas um, mas as várias visões para que uma criança se torna alfabetizada e letrada, um tema multifacetado.

Por isso, a partir da apresentação de alguns sinais abaixo, servirá para a importância de entender o universo do surdo e o quanto é complexo esta faceta da alfabetização, são muitas questões que precisam de mais aporte para funcionarem de fato.

Abaixo, apresentam-se alguns sinais utilizados pela comunidade surda para apresentar o sentido visual de alfabetização, tratam-se de sinais que representam sua língua própria com gramática própria e usos de instrumento de comunicação. Não se trata de sinais inventados ou criados de forma aleatória pelos simples fatos de precisar se comunicar ou algum tipo de recurso próprio da Língua Portuguesa, e sim de sinais pertencentes à estrutura gramatical de uma língua de sinais, necessários para uma comunicação fluida.

Consoante Nunes (2004, p. 625) destaca que as línguas:

É hoje amplamente reconhecido que, tanto no estado do desenvolvimento cognitivo em geral como também no estudo do desenvolvimento linguístico em particular, teorias gerais não podem ser desenvolvidas sem comparações entre culturas e entre línguas. Teorias que visam descrever e explicar os processos envolvidos na aquisição da língua escrita, de modo geral, devem ser testadas em diferentes línguas. Comparar línguas pode aguçar nossa percepção de classes de fenômenos que não são considerados se estudássemos apenas nossa própria língua, exatamente como

comparar culturas nos permite tratar o que parece natural em nosso próprio meio como cultura.

Desse modo, consideramos os sinais como parte relevante e essencial da Libras, pois faz parte de sua cultura, uma vez que cada sinal utilizado na comunicação dos surdos, esses, vêm cheios de significados e sentidos, como as palavras são expressadas na comunicação oral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções de pesquisas voltadas para a área de alfabetização de surdos envolvem vários campos como da educação, linguística, psicologia, antropologia, entre outros, é uma temática complexa por si só e mais ainda quando envolve uma outra língua que não é oral. Contudo, em nossas pesquisas bibliográficas encontramos embasamento teórico para discutir várias nuances que envolvem o tema.

As obras são escassas nesta área, especificamente voltadas para as teses envolvem os campos da educação e da linguística, sendo apresentadas diversas produções desde 2012, contudo, no nosso recorte geográfico, encontramos produções a partir de 2020 em programas de pós-graduação stricto sensu. Percebemos ainda que a produção se mostra como incipiente, mas que já percebemos uma demarcação da ampliação destas produções com crianças surdas.

Acreditamos que mais pesquisas como essas poderão auxiliar o processo de conhecimento sobre a área e potencializar as discussões sobre o campo e suas possibilidades de pesquisa nos estados e no país como um todo. Ao estudarmos hoje alfabetização de surdos poderemos compreender sobre a linguagem, sobre a escola e sobre a sociedade, e todo o nosso desenvolvimento linguístico. Conforme Silva (2022) “Aspira-se que produções como estas façam a diferenças nos debates sobre o tema alfabetização dos surdos, currículo, direito linguístico, língua, conforto linguísticos e as diversas culturas para sala de aula e fora dela, lutas não cessem”.

Almejamos que pesquisas como essas sejam mais estimuladas e políticas públicas para a alfabetização do surdo seja, de fato, colocados em evidência, pois a comunidade surda merece o conforto linguístico esperado, mas também é necessário salientar que a escola, os pais e responsáveis são partes importantes neste processo. Segundo Machado (2022) “A alfabetização dos surdos apresenta escolhas pessoais, identificação e reconhecimento de elos no que concerne a identidade, que flui com aproximação da cultura e do contato com a comunidade surda”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.** Diário Oficial da União. Brasília, 22 dez. 2005. Acesso em 23/ 01/ 2023.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 23/ 01/ 2023.

BRASIL. Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021. **Altera a Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre a modalidade de educação de surdos.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em 23/ 01/ 2023.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Censo Demográfico, 2010.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25/ 01/ 2023.

BUENO FISCHER, M. C.; AZEVEDO BASSO, M. V. de. Léa da Cruz Fagundes: **Uma expert na formação de professores, em tempos de aprendizagem mediada por tecnologias digitais de informação e comunicação.** REMATEC, [S. l.], v. 15, n. 34, p. 226–242, 2020. DOI: 10.37084/REMATEC.1980-3141.2020.n34.p226-242.id272. Disponível em: <https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/117>. Acesso em: 12/ 02/ 2023.

FERREIRO, Emilia. **Psicogêneses da língua escrita/** Emilia Ferreiro, Ana Teberosky, tradução Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco, Mário Corso. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREITAS. Isac Figueredo de, **Alfabetização de surdos: para além do alfa e do beta.** Disponível:<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6WQDTppcbZMKyHbTyfCbnVC/?lang=pt>. Acesso em: 13/02/2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HONORA. Marcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepções e alfabetização: ensino fundamental, 1º ciclo/** Marcia Honora. São Paulo: Cortez, 2014.

MACHADO, Adilma Gomes da Silva. **Alfabetização em libras para o surdo: um estudo de caso na rede municipal de ensino de Ipojuca-PE.** Acesso em: 15/02/2023.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia da Pesquisa/** Roberto Hernández Sampieri, Carlos Fernandéz Collado, María Del Pilar Baptista Lucio; Tradução: Daisy Vaz de Moraes; revisão técnica: Ana Gracinda Queluz Garcia, Dirceu da Silva, Marcos Júlio. -5. ed.- Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Charlene de Lima Alexandre. **Alfabetização em libras para o surdo: um estudo de caso na rede municipal de ensino de Ipojuca-PE.** Acesso em: 15/02/2023.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de educação. Jan/fev/abr 2004 n° 25.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**/ Magda Soares- 1. Ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**/ Magda Soares- 7. Ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

O RIO TAPERUBÚS E A ESQUISTOSSOMOSE: UM ESTUDO DE CASO DA EDEmia NO MUNICÍPIO DE ALHANDRA-PB

Adevaldo Francisco dos Santos

1 INTRODUÇÃO

Segundo Organização das Nações Unidas (ONU), atualmente a população mundial já ultrapassa 8 bilhões de habitantes, podendo crescer e alcançar à marca de 11,2 bilhões no ano de 2100 (ONU, 2022). Este crescimento populacional implica em um grande desafio mundial quanto a garantia integral dos direitos humanos, em especial o direito ao acesso à água em quantidade, qualidade e ao saneamento básico adequando.

O acesso à água potável e ao saneamento básico são direitos universais, sendo indispensáveis à vida com dignidade. Nesse sentido, a ONU reconhece como “condição para o gozo pleno da vida e dos demais direitos humanos” (Resolução 64/A/RES/64/292, de 28.07.2010). Segundo Draper *et al.* (1959), os problemas relacionados ao crescimento mundial de habitantes estarão entre os mais sérios a serem enfrentados pela geração atual, tendo maior agravamento em pessoas mais pobres e vulneráveis.

Em todo o mundo, ainda existem mais de quatro bilhões de pessoas que vivem em condições precárias de saneamento. O número representa cerca de 60⁶% da população mundial. E um bilhão sequer tem acesso a um banheiro. Segundo o Instituto Trata Brasil (2021), a partir de um relatório do Unicef, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, uma em cada três escolas não tem banheiros apropriados para uso e 23% das escolas não têm nenhum tipo de banheiro. O relatório também informa que do número total de pessoas desassistidas totalizam 70% que vivem em áreas rurais, sendo 1 (uma) em cada 3 (três) delas vive nos países menos desenvolvidos, afetando assim, as crianças e as suas famílias nas comunidades mais desfavorecidas, especialmente, nas zonas rurais em todo o mundo.

No Brasil, o relatório do (IBGE, 2017)⁷, registram que, em 2016, houve 166,8 internações hospitalares por 100 mil habitantes no Brasil devido a doenças relacionadas à falta

⁶ Fonte: <https://aegea.blog.br/que-o-brasil-ainda-tem-quatro-milhoes-de-pessoas-sem-banheiro/>
Idem.

⁷ Fonte: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2020/03/pula-no-esgoto-e-nada-acontece-brasil-tem-mais-de-300-mil-internacoes-por-ano-por-doencas-causadas-por-falta-de-saneamento.html>

de saneamento como a cólera, disenteria, hepatite A, febre tifoide e esquistossomose. Considerando uma população de 207,7 milhões à época, foram 346,5 mil internações hospitalares por doenças causadas por "saneamento ambiental inadequado". Dentre as várias doenças relacionadas à falta de saneamento para Nomura *et al* (2007) destaca-se a esquistossomose, por ser uma das doenças parasitárias de maior prevalência mundial, na qual é adquirida por meio da pele e mucosas em consequência do contato humano com águas contendo formas infectantes do trematódeo *Schistosoma mansoni*. Quanto à disseminação da doença, o seu principal vetor e hospedeiro intermediário é o molusco de água doce, *Biomphalaria glabrata* (ENGELS *et al.*, 2002). A Esquistossomose Mansônica é uma doença relacionada às coleções de água e apresenta um caráter crônico ou agudo (SOUZA *et al*, 2011). Na fase crônica da infecção a doença pode se apresentar de algumas formas, dentre elas a forma leve, denominada de hepatointestinal (HI), ou a de maior gravidade, forma hepatoesplênica (HE), em que há o comprometimento do baço e do fígado (SOUZA *et al*, 2011; PORDEUS *et al*, 2008). Uma das consequências mais graves da forma crônica da doença é a Fibrose Periportal (FPP) cujo diagnóstico pode ser realizado por meio de ultrassom, além de marcadores biológicos (BARRETO, 2011).

A esquistossomose é considerada uma doença negligenciada, uma vez que o seu tratamento é precário, insuficiente ou desatualizado (MASSARA *et al.*, 2012). Tal enfermidade ocorre em regiões nas condições de pobreza, falta de saneamento básico e baixa educação sanitária, tanto na área rural, quanto na urbana em toda América Latina (BARRETO, 2015; BRASIL, 2018; GRIMES *et al.*, 2014). Para Santos (2008); Carvalho, Tomazello e Oliveira (2009), apesar de possuírem diversos meios de solucionar problemas ambientais, de saneamento e saúde, informar, orientar e educar ainda são os caminhos mais efetivos. Sendo o processo educativo uma prática social que pode despertar movimentos de transformação da qualidade de vida. Moraes e colaboradores (2014) afirmam que, ao passo que a educação ambiental e em saúde mobiliza os participantes do processo para a prática social e coletiva, também são instrumentos que contribuem para conhecimento das necessidades de melhorias na qualidade da saúde e saneamento básico, estimulando a destinação e aplicação corretas dos recursos beneficiando diretamente a população.

Nesse sentido, esta pesquisa terá como objeto de estudo investigar o caso da endemia no município de Alhandra-PB, buscando compreender os motivos do alto índice de casos de esquistossomose na região, haja vista há programas de combates à endemia, e mesmo assim, a doença segue fora de controle para a vigilância sanitária e secretaria municipal de saúde. Para isso, terá como *corpus* os dados coletados entre 2011 e 2021 pelo Programa de Controle da

Esquistossomose (PCE) da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES/PB) e os dados disponibilizados na página do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), que apontam que ao longo de todos os anos, a Secretaria de Saúde de Alhandra através do programa PCE, distribui coletores (para exames parasitológico de fezes) em localidades com maiores índices de infestação e de reincidência da esquistossomose. Sendo assim, percebe-se que mesmo com ações frequentes tanto no combate como na educação ambiental, nas escolas, mesmo assim, ainda há um número elevado de doentes na região.

Como problemática, o que se detecta é que os cidadãos adoecem pelo contato com a água do rio, devido à ausência de uma política de educação para os ribeirinhos, além disso, há casas que não possuem fossas sépticas que comprometem o saneamento básico e, conseqüentemente, agravando a política de combate a endemia da esquistossomose na região. Acrescenta-se, ainda, que muitas dessas pessoas que são agricultores que usam a água do rio para irrigar sua plantação, outros dependem do rio para atividades domésticas, outros pescam para o sustento da família e muitos vão ao rio para se divertir, ingerir bebidas alcoólicas e muitas das vezes usam as margens do rio para fazerem suas necessidades fisiológicas. Dessa forma, embora haja um programa para o controle da endemia, na verdade, há uma sequência de atividades de intervenção, que não busca enfrentar o problema do saneamento básico, além da dificuldade de mapear o local do rio onde há o molusco. Assim, conforme o exposto, o estudo se justifica devido à necessidade de se compreender o porquê que o município de Alhandra- PB vem enfrentando a endemia da esquistossomose, e mesmo com programas que busquem enfrentar o problema, ainda há um grande avanço da doença na população.

Como hipótese para esta pesquisa, embora haja os programas de controle da esquistossomose e o programa de saúde na escola, onde existe uma programação anual de palestras de educação ambiental em escolas públicas do município, porém os resultados mostram que não estão surtindo efeito, e por isso é necessário fazer uma pesquisa para saber o porquê do avanço da doença para que se possa encontrar uma solução que seja eficaz.

Como hipótese para esta pesquisa aponta a necessidade de se implantar fossas sépticas em todas as residências, haja vista há evidência que muitas residências ainda não têm; ampliar a educação ambiental para a área ribeirinha; além de um trabalho em prol do rio para se extinguir a enfermidade nessa localidade, visto que pesquisas apontam que a esquistossomose é agravada pela ausência do saneamento básico. Dessa forma, cabe compreender o motivo pelo qual as políticas públicas implementadas pelo município não vêm obtendo êxito, haja vista há ações específicas, porém não exitosas.

A relevância desse estudo está na colaboração científica na busca de encontrar possíveis soluções para endemia que assola o município de Alhandra-PB, compreendendo não apenas o porquê da endemia, mas atenuá-la ou quiçá extingui-la, com ações de enfrentamentos reais que possam dar retorno à população, apontando caminhos para a gestão pública enfrentar o problema de modo eficaz e não apenas tratando a consequência, como vem sendo feito ao longo dos anos.

Como **objetivo geral**: Analisar as possíveis causas do avanço da esquistossomose no município de Alhandra-PB e o porquê da ineficiência das ações de enfrentamento implementadas por diferentes gestões municipais do período de 2011 a 2021. Já para os **objetivos específicos**: Identificar os fatores socioambientais (local de procedência e de naturalidade, renda, gênero, profissão, escolaridade, condições sanitárias dos locais de procedência e naturalidade) de indivíduos infectados pelo *S. mansoni* com diferentes padrões de Fibrose Periportal (FPP); Mapear áreas de riscos com ausências de saneamento básico que possam impactar no avanço da esquistossomose; Descrever como os sujeitos da área ribeirinha tem acesso ao consumo de suas águas, como por exemplo, com a lavagem de roupa, tendo contato, infectando-se, assim, pelo contato com água em áreas contaminadas pelo molusco; Compreender como as políticas públicas vêm atuando no enfrentamento da endemia e quais as ações realizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A esquistossomose mansônica é uma doença infecto parasitária provocada por vermes do gênero *Schistosoma*, que têm como hospedeiros intermediários caramujos de água doce do gênero *Biomphalaria*, e que pode evoluir desde formas assintomáticas até formas clínicas extremamente graves. Segundo Veronesi (2010), a doença apresenta duas fases, uma inicial que costuma ser despercebida e outra crônica, na qual podem aparecer consequências mais graves como a Fibrose Periportal (FPP) cujo diagnóstico pode ser realizado por meio de ultrassom, além de marcadores biológicos. Os agentes causadores da esquistossomose são platelmintos (vermes achatados), da classe dos trematódeos, possui sexos separados, com nítido dimorfismo sexual. O *S. mansoni* é um verme de cor esbranquiçada ou leitosa, que geralmente é hospede das vênulas tributárias do sistema porta, especialmente das veias mesentéricas superiores e inferiores, do plexo hemorroidário e mesmo da porção intra-hepática da veia porta. No interior desses vasos, encontram-se geralmente o macho e a fêmea,

acasalados. Geralmente esses vermes realizam migrações dentro do mesmo vaso ou de um para outro, através de anastomoses (BRASIL, 2018).

A esquistossomose possui veiculação hídrica cuja transmissão ocorre quando o indivíduo suscetível entra em contato com águas onde existem cercárias livres. Em síntese, ocorrem as seguintes etapas, primeiro o agente etiológico *Schistosoma mansoni* entra em contato com o hospedeiro definitivo homem (mais importante do ponto de vista epidemiológico) obtendo como hospedeiros intermediários os caramujos de água doce. A fonte de infecção ocorre via hospedeiros definitivos, quando eliminando ovos viáveis de *S. mansoni* via de eliminação de fezes. O veículo de contaminação para os hospedeiros intermediários é água contaminada com larvas de *S. mansoni*, na fase denominada miracídio. Souza et al (2011) destacam que, os miracídios podem penetrar indistintamente em moluscos vetores, não vetores e até mesmo em girinos após serem formados. Porém, apenas os miracídios que penetrarem nas espécies suscetíveis de *Biomphalaria*, hospedeiros intermediários, poderão se desenvolver.

E ainda, segundo Lara (2013) além da existência deste molusco, é necessário que haja condições ambientais apropriadas para o seu desenvolvimento, como pH, temperatura e luminosidade hídrica. Em condições favoráveis, o *S. mansoni* completa seu ciclo biológico em aproximadamente 80 dias. Como o caramujo *Biomphalaria* é um hospedeiro intermediário, o *S. mansoni* utiliza outros mamíferos como reservatórios. O homem é o principal reservatório, mas pode-se encontrá-lo ainda em roedores selvagens, primatas, marsupiais, camundongos e hamster, cães, gado, búfalo, porcos, ovelhas e cabras, porém apenas no homem é que *S. mansoni* se desenvolve como doença (SOUZA, 2011 apud LARA, 2013).

Dentro dos caramujos, os miracídios se multiplicam e se transformam em outras larvas, essa forma infectante larvária que sai do caramujo é a cercária. Ela penetra nas pessoas (hospedeiro definitivo) atravessando a pele e/ou mucosas, após atravessarem as cercárias perdem a cauda e se transformam em esquistossômulos (BRASIL, 2018). Em apenas 24 horas os esquistossômulos se adaptam às condições fisiológicas do organismo, caindo assim na circulação sanguínea alcançando o coração e pulmões sendo lançados, por meio das artérias, aos pontos mais diversos do organismo, sendo a veia porta no fígado, o órgão preferencial de localização do parasito. No fígado, as formas jovens se diferenciam sexualmente, alimentam-se de sangue e crescem, migram para as veias do intestino, onde alcançam a forma adulta e se acasalam. Assim, a esquistossomose é uma enfermidade que requer programas de políticas públicas que possam combater a causa e não apenas lidar com as ausências de um trabalhos

eficaz, que comprometa a saúde da população, bem como acabe por acarretar custos com a saúde pública.

3 METODOLOGIA

O *locus* de estudo para esta pesquisa será o município de Alhandra, localizado no Estado da Paraíba, que apresenta uma área de 182,66 km². Sua localização encontra-se entre os paralelos 7°24' e 7°45', de latitude sul e, entre os meridianos de 34°85' e 35°04' de longitude oeste. Está inserido na Região Geográfica do Litoral, limitando-se com os municípios de Conde, Pitimbu, Caaporã, Pedras de Fogo e Santa Rita (DE MATOS et al., 2015). Como recorte para o *locus* da pesquisa será a região ribeirinha próxima ao rio Taperubús, e como sujeitos os moradores desta área que tem o contato com o rio.

A maioria dos estudos se baseará em dados secundários, provenientes do Programa de Controle da Esquistossomose (PCE) da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES/PB) e dados disponibilizados na página do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Em posse dos dados, serão avaliadas as seguintes variáveis: gênero, idade, casos positivos, outros helmintos diagnosticados e suas principais associações parasitárias. Posteriormente, todos os dados obtidos serão organizados por meio de planilhas eletrônicas do programa Microsoft Office para a análise dos dados e a elaboração de gráficos e tabelas. Para a compreensão dos dados obtidos, serão realizadas análises de correlação e similaridade por meio do Programa estatístico R.

Como sujeitos de pesquisa serão os moradores da área ribeirinha, para mapear as áreas de riscos, descrever os fatores socioambientais e caracterizar o perfil clínico dos indivíduos infectados pelo *Schistosoma mansoni*, eles serão mapeados a partir do processo de informação qualificada do SUS (e-SUS) da Atenção Básica de Saúde (banco de dados). Como instrumento de pesquisa será aplicado entrevistas semiestruturadas, e com os dados obtidos iremos identificar as maiores dificuldades e necessidades que levam aqueles sujeitos a usarem as águas desses locais de contaminação. Para a análise dos dados usaremos Bardin (2011) com a análise do conteúdo que explora análise do conteúdo, estipulando que este termo designa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens BARDIN (2011, p.47)

Quanto aos procedimentos técnicos será bibliográfica por utilizar referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios de escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e de campo por realizar à observação direta das atividades do grupo estudado e realizar entrevistas a fim de auferir as informações pertinentes ao desenvolvimento deste estudo (FONSECA, 2002). Quanto ao tipo de pesquisa ela será quanti-quali, pois terá as duas vertentes, haja vista o pesquisador é integrante da equipe do programa de combate à endemia da esquistossomose, e irá mapear qualitativamente e quantitativamente os casos ocorridos no recorte temporal para o referido estudo. Sendo assim, Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Já conforme Fonseca (2002, p. 20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Assim, cientes do risco da pesquisa qualitativa devido à necessidade do distanciamento, o quanto pesquisador, além do cuidado para não se contaminar com o potencial domínio dos instrumentos, e por estes riscos, buscar-se-á atrelar a pesquisa a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, devido ao fato da pesquisa quanti ter o caráter maior da exatidão, já como também irá manusear instrumentos que precisam da análise de conteúdo é necessário ter o perfil, qualitativo, além da descritiva, para uma totalidade da análise com mais exatidão.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que com os produtos desta pesquisa seja possível identificar, compreender e apresentar fatores que possam estar relacionados com a persistência da esquistossomose mansônica ao município de Alhandra – PB. Ademais, identificar as áreas de maior incidência no município, por meio das análises da série temporal dos casos de esquistossomose nos anos de 2011 a 2021.

Além destes, obter dados que possibilitem produção técnica com submissão de artigos em revistas com um alto fator de impacto na Área de Engenharia I ambiental, meio ambiente e saúde pública. Conscientizar o poder público municipal, através de relatórios técnicos, a importância do saneamento básico no município de Alhandra PB.

5 CONCLUSÃO

A esquistossomose é uma doença negligenciada e que está diretamente ligada a falta de saneamento básico, e no município de Alhandra-PB todos os anos, diversas pessoas se infecta, é medicado, e depois volta a se infectar novamente e não há um plano de intervenção eficaz, capaz de erradicar ou diminuir consideravelmente os índices de infestação da doença.

A identificação de possíveis causas do avanço da esquistossomose no município de Alhandra-PB e o porquê da ineficiência das ações de enfrentamento implementadas por diferentes gestões em anos anteriores, e a Identificação dos fatores socioambientais (local de procedência e de naturalidade, renda, gênero, profissão, escolaridade, condições sanitárias dos locais de procedência e naturalidade) de indivíduos infectados pelo *S. mansoni*, irá nortear ações de intervenção eficaz, e políticas públicas direcionadas no enfrentamento da endemia.

REFERÊNCIAS

AMORIM, R.F. et al. Schistosomiasis in the Northern State of Espírito Santo, Brazil. **Rev Patol Trop.**, v.43,n.3, p.323-231, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BARRETO, A.V.M.S.B.; MELO, N.D.; TORRES, J.V.; SANTIAGO, R.T.; SILVA, M.B.A. Análise da positividade da esquistossomose mansoni em Regionais de Saúde endêmicas em Pernambuco, 2005 a 2010. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v.24, n.1. 2015.

BARRETO, Mariana Sena; GOMES, Elaine Christine de Souza; BARBOSA, Constança Simões. **Turismo de risco em área vulnerável para transmissão da esquistossomose e Mansônica no Brasil**. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro. mar. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS. **Educação em saúde para o controle da esquistossomose**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Brasília - Ministério da Saúde, 2018.

CARVALHO, L. M. de; TOMAZELLO, M. G. C.; OLIVEIRA, H. T. de. Pesquisa em educação ambiental: panorama da produção brasileira e alguns de seus dilemas. **Caderno Cedex**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 13-27. 2009.

DE MATOS, Rigoberto Moreira et al. Caracterização e aptidão climática de culturas para o município de Alhandra Pb, Brasil. **Revista Brasileira de Agricultura Irrigada**, v. 9, n. 3, p. 183, 2015.

DRAPER, William H. and others, 1959. “Composite Report of the President’s Committee to Study the United States Military Assistance Program (The Draper Report),” Vol. 1. **Washington, D.C.: United States, Office of the President.** situation of schistosomiasis and new approaches to control and research. **Acta tropica**, [S. l.], v. 82, n. 2, p. 139–146, 2002. ISSN: 0001-706X.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GRIMES, J.E.T. et al. The Relationship between Water, Sanitation and Schistosomiasis: A Systematic Review and Meta-analysis. **PLoS Negl Trop Dis.**, v.8, n.12,p.1-12, 2014.

IBGE. **PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO 2017**. [s.l.] : PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2017. ISBN: 9786587201115.

KATZ, Naftale. **Inquérito Nacional de Prevalência da Esquistossomose mansoni e Geohelmintoses**. Belo Horizonte., 2018. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/datasus/index.php?area=0208>>. Acesso em: 12 de Ago. de 2019.

LARA, F. Esquistossomose, uma doença no contexto da saúde pública brasileira. **NOV@: Revista Científica**, Contagem – MG, mar. 2014. Disponível em: <<http://187.32.20.193:83/index.php/NOVA/article/view/52>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

MASSARA, C.L. et al. Ocorrência de moluscos do gênero *Biomphalaria* em parques da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Rev Patol Trop.**, v.41,n.4, p.471-479, 2012.

MORAIS, P.S.A. et al. Educação ambiental como estratégia na atenção primária em saúde. **Polêm!ca**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3. 2014.

NEVES, D. P.: **Parasitologia Humana**. 12. ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

NOMURA, Y. M. et al. Esquistossomose mansônica em Carajás, Pará, Brasil: estudo retrospectivo realizado no hospital Yutaka Takeda. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 15, n. 4, p. 531-542, 2007.

PORDEUS, L. C. et al. A ocorrência das formas aguda e crônica da esquistossomose mansônica no Brasil no período de 1997 a 2006: uma revisão de literatura. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 17, n. 3, p. 163-175. 2008.

SANTOS, A. **A educação ambiental como instrumento de integração educação-saúde-ambiente**. 2008. Tese (Doutorado). Instituto de biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

SOUZA, F.P.C; VITORINO, R.R.; COSTA, A.P.; JÚNIOR, F.C.F; SANTANA, L.A., GOMES, A.P. Esquistossomose mansônica: aspectos gerais, imunologia, patogênese e história natural. **Rev Bras Clin Med**. v. 9, n.4, p. 300-307. 2011.

SOUZA, Felipe Pereira Carlos de et al. Esquistossomose mansônica: aspectos gerais, imunologia, patogênese e história natural. **Rev Bras Clin Med**, v. 9, n. 4, p. 300-7, 2011.

UNICEF & WHO. **Progress on household drinking water, sanitation and hygiene, 2000-2017**. [S. l.], p. 140, 2019. ISBN: 978-92-806-5036-5.

UNICEF. **1 em cada 3 pessoas no mundo não tem acesso a água potável, dizem o UNICEF e a OMS**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-agua-potavel-dizem-unicef-oms>>. Acesso em: 6 nov. 2021.

UNICEF. **2,1 bilhões de pessoas não têm acesso a água potável em casa, e mais do dobro de pessoas não tem acesso a saneamento seguro**. 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/comunicados-de-imprensa/21-bilhoes-de-pessoas-nao-tem-acesso-agua-potavel-em-casa-e-mais-do-dobro>. Acesso em: 7 nov. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Schistosomiasis: progress report 2001-2011, strategic plan 2012-2020**. [S. l.], 2018. ISSN: 9241503173.

